



22 DE NOVEMBRO DE 2011

Terça – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **EMPRESAS DO SIMPLES VÃO PODER PARCELAR DÍVIDAS**
- **TAXA DE TÍTULOS REFLETE EXPECTATIVA SOBRE SELIC**
- **MÍNIMO SOBE PARA R\$ 625 EM JANEIRO**
- **MAIORES EMPRESAS DO ESTADO SÃO PREMIADAS**
- **SUMITOMO INICIA PRODUÇÃO NO BRASIL COM FÁBRICA EM SP**
- **DÍVIDAS ROLADAS POR EMPRESAS PÓS-2008 VOLTAM A PREOCUPAR**
- **IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS CRESCE 39% NO ACUMULADO DE NOVEMBRO**
- **JUÍZES E FISCAIS REVERTEM APREENSÃO DE IMPORTADOS**
- **INDÚSTRIA PARANAENSE DÁ SINAL DE DESACELERAÇÃO EM SETEMBRO**
- **NOMA INVESTIRÁ R\$ 75 MILHÕES EM NOVA FÁBRICA**
- **RITMO DE CRESCIMENTO DO MERCADO CHINÊS DEVE DIMINUIR**
- **FIAT E CHRYSLER VENDERÃO 6 MILHÕES DE VEÍCULOS EM 2014**
- **FORD RENOVARÁ MOTORES E TRANSMISSÕES NA CHINA**

Câmbio Em 22/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,808	1,809
Euro	2,444	2,445

Fonte: BACEN

Empresas do Simples vão poder parcelar dívidas

22/11/2011- Gazeta do Povo

As micro e pequenas empresas ganharam um alívio na hora de acertar as contas com a Receita Federal. O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) aprovou uma resolução pela qual as companhias de micro e pequeno porte poderão passar a parcelar dívidas tributárias vencidas. O benefício ainda não valia para esses empresários. Segundo o Comitê, os débitos poderão ser parcelados em até 60 vezes e serão corrigidos pela Selic, hoje em 11,5% ao ano. O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 500. Para os microempreendedores individuais (MEI) – pessoas físicas que trabalham por conta própria ou têm no máximo um funcionário e também foram incluídos no programa –, o valor mínimo ainda será estipulado pelo governo.

Taxa de títulos reflete expectativa sobre Selic

22/11/2011- Gazeta do Povo

A redução das taxas dos títulos públicos nos leilões, verificada há dois meses, reflete a expectativa do mercado de que o Banco Central continuará em processo de redução da Selic (taxa básica de juros da economia), segundo afirmou ontem o coordenador de Operação da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Fernando Garrido. “Isso é o que leva, a cada leilão, à queda nas taxas pedidas nos títulos prefixados”, disse. No último leilão de outubro, realizado no dia 27, a LTN (Letra do Tesouro Nacional, título

prefixado) com vencimento em janeiro de 2014 foi comercializada a 10,86%. No primeiro leilão de novembro, na semana passada, foi vendido a 10,38%. Garrido apresentou também os títulos negociados com as menores taxas. No último dia 10, o Tesouro Nacional vendeu LTN com vencimento em outubro de 2012 a 10,06%. O papel prefixado com vencimento em abril de 2012 ficou em 10,55%. "As taxas dos prefixados têm caído com a Selic menor, e a expectativa é de mais queda", disse.

Mínimo sobe para R\$ 625 em janeiro

22/11/2011- Gazeta do Povo

O salário mínimo deverá ser elevado a R\$ 625 em janeiro, com alta de quase 15%, segundo novas projeções apresentadas ontem pelo governo ao Congresso Nacional. Até então, os cálculos oficiais mostravam que o valor subiria dos atuais R\$ 545 para R\$ 620. O motivo da revisão é uma estimativa mais realista para a inflação deste ano.

Ao apresentar o projeto de Orçamento de 2012, em agosto, o Executivo optou por uma previsão mais otimista que a dos analistas de mercado para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Agora, a taxa esperada subiu de 5,7% para 6,3%.

Desde o segundo governo Lula, os reajustes anuais do mínimo têm seguido uma fórmula que combina o INPC acumulado desde o aumento anterior e o crescimento da economia de dois anos antes. Conforme lei aprovada no início do ano, essa metodologia será seguida, pelo menos, até 2015.

Graças à expansão do consumo e do investimento no ano eleitoral de 2010, o reajuste programado para janeiro significará o maior ganho real – acima da inflação – desde a adoção da fórmula. Pelos dados mais atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 7,5% no ano passado. Mas essa taxa ainda pode ser revisada até dezembro.

Valor redondo

Considerando as estimativas atuais para a inflação e a variação do PIB, o salário mínimo projetado para janeiro é de exatos R\$ 622,73, contra uma projeção anterior de R\$ 619,21. A praxe seguida pela administração petista, no entanto, tem sido a de fixar valores múltiplos de R\$ 5 para o mínimo, com o objetivo de facilitar os saques em caixas eletrônicos. Pela legislação, o arredondamento dos valores deve ser sempre para cima.

O novo cálculo deverá elevar em cerca de R\$ 1,5 bilhão os gastos previstos com benefícios previdenciários e assistenciais, além de seguro-desemprego e abono salarial. Pelas contas da área econômica, cada R\$ 1 a mais no salário mínimo significa custos adicionais na casa dos R\$ 300 milhões ao ano.

Nas projeções apresentadas ao Congresso, o governo também reduziu a previsão de crescimento econômico para este ano, que saiu de 4,5% para 3,8%. Mas manteve a expansão projetada para 2012 em 5%.

Maiores empresas do estado são premiadas

22/11/2011- Gazeta do Povo

As 100 maiores empresas do Paraná foram homenageadas com o prêmio Grandes & Líderes, em cerimônia realizada na noite de ontem no Estação Business School, em Curitiba. O ranking é resultado da 21.ª edição da pesquisa sobre as 500 maiores empresas da Região Sul, feita pela Revista Amanhã em conjunto com a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC).

As empresas do estado tiveram os melhores índices de patrimônio líquido, faturamento e lucro, além dos menores prejuízos e índices de endividamento, ultrapassando pela primeira vez o Rio Grande do Sul. De acordo com o diretor executivo e de redação da Revista Amanhã, Eugênio Esber, o bom resultado da economia paranaense se beneficia do processo de descentralização da economia brasileira. "Há um fenômeno de transbordamento da economia de São Paulo, capitalizado principalmente pela economia de serviços. A cidade de São Paulo vem perdendo importância na composição do PIB brasileiro. O Paraná, por uma questão geográfica, acaba ganhando com isso. Hoje, do ponto de vista econômico, o Paraná praticamente passou a ser parte do Sudeste", avalia Esber.

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), do qual faz parte o jornal Gazeta do Povo, subiu 21 posições no ranking das 100 maiores empresas do estado, passando da 94.ª para a 73.ª posição. Se considerados os últimos dois anos, o salto foi de 184 posições, saindo da 257.ª posição em 2009 à atual posição. "A Sociedade Rádio Paranaense tem um protagonismo forte como uma das mais rentáveis não apenas no segmento de comunicação, como de todas as empresas da Região Sul", aponta Esber.

Sumitomo inicia produção no Brasil com fábrica em SP

22/11/2011- Valor Econômico

A Sumitomo Indústrias Pesadas do Brasil inaugura hoje sua primeira fábrica no país. Localizada em Itu (SP), a unidade produzirá redutores de velocidade. A fabricação local vai substituir o volume importado por empresa comercial do grupo da matriz japonesa Sumitomo Heavy Industries e permitirá exportar produtos para os demais países da América Latina.

A empresa investiu R\$ 130 milhões na compra de terrenos, construção da fábrica e aquisição de equipamentos para produzir dispositivos utilizados em equipamentos como esteiras transportadoras, torres de resfriamento e mescladores.

De olho em consumidores dos setores de mineração, siderurgia, cimento e do setor sucroalcooleiro, a Sumitomo Indústrias Pesadas dará início à produção de redutores de velocidade com metas nada modestas. A expectativa é ampliar sua participação de mercado dos atuais 5% para 20% até 2015, ano previsto para o retorno do investimento, segundo o diretor presidente da empresa, Mateus Botelhos. O brasileiro já fez parte dos quadros da Sumitomo Heavy Industries nos Estados Unidos e na Argentina e regressou ao país, no fim de 2010, para conduzir a montagem da unidade e suas operações.

O faturamento projetado para 2012 é de US\$ 15 milhões, com aumento escalonado, chegando a US\$ 65 milhões em 2015. O mercado interno e as exportações vão dividir meio a meio o faturamento, conforme Botelhos. A unidade brasileira vai abastecer, por meio do Porto de Santos, clientes latino-americanos, principalmente da Argentina, do Chile e do México. A operação deverá se tornar rentável em 2013.

Atualmente, os preços dos redutores de velocidade importados da matriz japonesa estão em linha com os dos concorrentes alemães e nacionais que atuam no mercado brasileiro, segundo o executivo, graças ao câmbio e aos subsídios da matriz. A fábrica de Itu utilizará equipamentos com produtividade mais elevada, o que possibilitará oferecer produtos 20% mais baratos que os importados. Os produtos custam entre R\$ 15 mil e R\$ 150 mil, segundo o executivo. A produção começa com 40% de índice de nacionalização e, gradualmente, a parcela crescerá para 90%.

Depois de oito meses de obras, a fábrica começa a operar amanhã, com 60 funcionários. A mão de obra será treinada por um grupo de japoneses vindos da matriz. Parte deles ficará no país entre três e cinco anos.

A capacidade instalada permite que a empresa produza, inicialmente, 100 unidades por mês. Quando a unidade estiver a plena operação, em 2013, a capacidade passará a ser de 200 unidades por mês. No momento, há encomendas de 50 unidades, de acordo com o executivo.

A empresa contou com incentivos fiscais do município de Itu. A fábrica tem 20 mil metros de área construída e terreno de 450 mil metros quadrados. A área possibilita a construção de novas unidades, pois, futuramente, outras divisões da Sumitomo Heavy Industries poderão ter produção no Brasil. Estão em estudo a produção de motorredutores para os setores de alimentos e bebidas e a fabricação de redutores de velocidade de precisão, para a indústria robótica.

A Sumitomo Heavy Industries pretende também atuar, no país, no segmento de pós-vendas, ou seja, oferecer serviços de substituição de peças e manutenção programada. A empresa avalia ter oficinas de assistência técnica nas proximidades de seus principais clientes. "O cliente brasileiro valoriza muito a prestação de serviços", diz Botelhos.

Dívidas roladas por empresas pós-2008 voltam a preocupar

22/11/2011- Valor Econômico

No relatório de resultado do BicBanco do segundo trimestre de 2011, um alerta sobre os possíveis desdobramentos da crise da zona do euro apontava para um movimento que, agora, começa a aparecer no radar de outras instituições financeiras: empresas que em 2008 e 2009 tiveram de fazer rolagem de dívida voltam a apresentar dificuldades para pagar juro e principal.

Ao justificar o volume expressivo de provisões para devedores feitas ente abril e junho, o BicBanco, especializado na oferta de crédito a médias empresas, informava ter rebaixado as classificações de risco de um grupo de clientes que tinham em comum apenas o fato de terem contraído suas dívidas antes da crise de 2008. Segundo o banco, essas empresas não conseguiram fortalecer sua saúde financeira em 2010, "apesar das circunstâncias econômicas mais favoráveis".

Em muitas renegociações fechadas em 2009, os bancos concederam carência de dois anos às companhias devedoras, prazo esse que venceu agora ou está prestes a expirar.

Em um banco estrangeiro, já chega a 5% da carteira corporativa (excluídas aí as multinacionais) o volume de empréstimos renegociados pós-2008 que voltam a preocupar, conta o diretor da área. Como os atrasos são inferiores a três meses, ainda não estão refletidos no índice de inadimplência. "Algumas dessas empresas estão à mesa de negociação com os bancos para fazerem um novo reescalonamento das dívidas", diz o executivo. "Mas não é desprezível o percentual daquelas que alongaram lá atrás suas obrigações e agora já têm dificuldades de cumprir os acordos", ressalva.

Outro diretor de um importante banco de atacado nacional dispõe do que chama de "watch list", uma lista com alguns casos que ele diz acompanhar de perto e para os quais vem administrando "medidas profiláticas". "Já procuro conversar com o cliente e outros bancos para alongar um pouco o passivo da empresa. Pode ser por meio de uma emissão de debêntures a serem adquiridas pelos próprios credores, por exemplo", afirma. "Buscamos também soluções de mercado, como a capitalização por um fundo de private equity, venda ou fusão."

A recente valorização do dólar pode ter contribuído para pressionar os custos dos financiamentos em moeda estrangeira, porém explica pouco o fenômeno. "Os bancos, de forma geral, se preocuparam bastante com a estrutura de proteção contra a variação cambial nas renegociações de 2008 e 2009, em função dos problemas envolvendo derivativos", observa o diretor do banco estrangeiro.

"Não sei dizer qual seria a causa", desabafa o executivo de um banco de médio porte. O que mais preocupa o setor é o fato de as empresas que hoje enfrentam dificuldade para honrar suas obrigações em dia serem as mesmas que, três anos atrás, sofreram aperto durante a crise financeira. "O ano de 2010 foi bom, mas é pouco tempo para uma empresa que precisa colocar as finanças em ordem, ainda mais em meio a este novo capítulo da crise financeira", explica o presidente de uma pequena instituição financeira.

O recrudescimento do cenário de crédito se reflete em uma postura mais cautelosa assumida por boa parte dos bancos. O BICBanco pôs o pé no freio e reportou, no dia 14, queda de 7,9% no saldo da carteira de crédito do terceiro trimestre ante o segundo trimestre, para R\$ 12,4 bilhões. As provisões para créditos de liquidação duvidosa continuaram subindo - 22,5% no terceiro trimestre contra o segundo, para R\$ 167,2 milhões. O esforço de provisão ganhou, inclusive, o complemento de uma receita de crédito tributário de R\$ 20,1 milhões.

Nos grandes bancos, as provisões para devedores também vêm apresentando crescimento expressivo - embora os números incluam suas portentosas operações de varejo. A evolução das provisões no Bradesco foi de 9,9% no terceiro trimestre do ano em relação ao anterior, superior à expansão da carteira de crédito, de 3,8%. No Itaú Unibanco, as provisões aumentaram menos no mesmo período, 4% - mas já haviam subido 7,9% no segundo trimestre ante o primeiro.

Apesar da prudência, o panorama ainda está longe daquele observado na crise de 2008. Se por um lado a reincidência das empresas devedoras preocupa o setor bancário, por outro lado, não deixa de ser um conforto para os agentes o fato de a contaminação estar, por enquanto, restrita a um grupo de companhias que já se encontrava em situação delicada no passado recente.

"São casos particulares", minimiza Marcelo Malanga, diretor de recuperação de crédito do Santander. "Não tivemos nem piora nem melhora nos índices de liquidez de renegociação da nossa carteira nos últimos três anos", acrescenta.

O desenrolar da crise europeia vai ajudar a determinar o rumo da inadimplência das pessoas jurídicas no sistema bancário brasileiro. O raciocínio predominante no mercado financeiro é de que, se países periféricos do bloco econômico romperem com a zona do euro, a crise pode alcançar proporções similares ou até piores que a de 2008. Se a debacle for bem coordenada, o pior pode ser o agora.

O ritmo mais lento da atividade econômica, no entanto, começa a preocupar. O aumento dos custos de matéria prima e de mão-de-obra são algumas das reclamações mais frequentes relatadas por empresários às instituições financeiras. A concorrência com a China, que deverá redirecionar boa parte da produção antes destinada à Europa, é outro fantasma a rondar a indústria nacional. "A situação preocupa mais pelo que pode vir a acontecer do que propriamente pelo que está acontecendo", observa o diretor do banco nacional de atacado. E é justamente aí que mora o perigo.

Importação de veículos cresce 39% no acumulado de novembro

22/11/2011- Valor Econômico

O desembarque de veículos continua puxando as importações brasileiras na terceira semana de novembro. A média diária de desembarque de veículos e partes durante as três primeiras semanas de novembro aumentou em 12,9% em relação à média diária do mês anterior. A média diária do total das importações cresceu 3,2% no mesmo período. Na comparação com a média diária de novembro do ano passado, o desembarque de veículos teve alta de 38,9%, uma elevação bem maior que a média do total das importações, que aumentou em 17,4%. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento (Mdic).

O aumento na média diária de importação de veículos chama a atenção principalmente na comparação com o desempenho de outros setores também importantes nos desembarques.

A média diária de importação do setor de equipamentos mecânicos nas três primeiras semanas de novembro, por exemplo, teve alta de apenas 1,7% em relação à média diária de outubro e de 6,3% em relação a novembro do ano passado. O segmento de equipamentos elétricos e eletrônicos, outro setor representativo nas importações, teve queda de média diária de 0,6% em relação a outubro e aumento de 11,8% na comparação com novembro de 2010.

Nas exportações, o grupo de minérios continua com alta, principalmente em relação ao ano passado. A média diária embarcada em minérios nas três primeiras semanas de novembro cresceu 2,4% em relação à média diária de outubro, com alta de 43,4% em relação a novembro do ano passado. A elevação da média diária do total da exportação nas primeiras semanas de novembro foi de 2,1% em relação à média de outubro e de 27,9% na comparação com novembro de 2010.

Juízes e fiscais reverterem apreensão de importados

22/11/2011- Valor Econômico

A Receita Federal tem aplicado cada vez mais aos importadores a chamada pena de perdimento. A medida é a apreensão de mercadoria importada de maneira legal, porém com pagamento menor de impostos. Segundo a Superintendência da Receita da 8ª Região (São Paulo), só neste ano o órgão apreendeu no Estado R\$ 480,12 milhões em produtos. Em 2010, foram R\$ 414, 28 milhões. Por falta de provas, porém, decisões judiciais vêm revertendo algumas dessas penas. Neste ano, pelo menos R\$ 28,2 milhões em mercadorias retornaram às empresas. Em 2010, R\$ 44 milhões foram devolvidos.

Uma empresa de armarinhos, que atua em São Paulo, obteve uma sentença para liberar dois contêineres de mochilas, bolsas e carteiras importadas da China e Taiwan. As mercadorias haviam sido bloqueadas pela Receita Federal, no Porto de Santos, por suspeita de subfaturamento na operação. Para o Fisco, os preços declarados nas faturas estavam abaixo do valor de mercado, o que implicaria em recolhimento menor de tributos. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que deve recorrer da decisão.

Pelo Decreto-Lei nº 37, de 1966, a pena de perda do produto é aplicável, dentre outros casos, quando há falsificação ou adulteração de documentos necessários ao embarque e ao desembarque aduaneiro. Para o juiz federal Marcelo Souza Aguiar, da 2ª Vara Federal de Santos, a adulteração não foi comprovada pelo Fisco. Na decisão, ele entendeu que a declaração de valores diferentes ao da transação real gera outro tipo de punição. "A existência de subfaturamento, na forma que entendeu o legislador, não configura fraude aduaneira sujeita ao perdimento, mas à multa", diz na sentença. Com isso, a empresa teria que pagar US\$ 100 mil referentes à diferença do imposto declarado, acrescidos de multa de 100%.

Para o advogado da empresa Felipe Breda, do Emerenciano, Baggio e Associados Advogados, a aplicação do perdimento para casos de subfaturamento está em descompasso com a legislação. "Se a autoridade não concorda com o valor informado da transação comercial tem que seguir a valoração aduaneira", afirma o advogado referindo-se à Instrução Normativa da Receita nº 327, de 2003, que estabelece as regras para a declaração e o controle do valor aduaneiro de mercadoria importada.

Em outro caso, recente decisão da própria delegacia da Receita, livrou uma empresa de eletroeletrônicos de pagar R\$ 332,43 milhões como pena de perdimento. Quando o fiscal não encontra a mercadoria declarada, a pena é convertida em multa de valor equivalente. Por maioria dos votos, a 2ª Turma da delegacia de julgamento em Fortaleza - formada por cinco auditores fiscais - declarou o auto de infração nulo porque o fato que teria gerado a autuação não ocorreu. Em razão do alto valor, o Fisco é obrigado a apresentar recurso de ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Por isso, o superintendente da Receita da 3ª Região, Moacyr Mondrado, não quis comentar a questão.

Nos autos, o fiscal afirma que não localizou mercadorias que deveriam estar no terminal de Manaus e não existia documentos que comprovassem sua devolução ao depósito. O terminal teria recebido da indústria R\$ 606,32 milhões em produtos e retornado apenas R\$ 274,88 milhões. "Presume-se desta forma sua saída da Zona Franca de Manaus [da diferença entre os dois valores]", diz.

"Pela falta de clareza na demonstração do fato, não permitindo a verificação da perfeita subsunção do fato concreto à hipótese prevista na lei, ausência de manifestação acerca de elementos probatórios apresentados na fase fiscalizatória e imprecisões na identificação do autuado e cálculo da matéria tributável, torna-se imperativo decretar nulo o auto de infração", afirma o relator da decisão.

Segundo a advogada Priscilla Versatti, que representou a empresa no processo, quando o produto vai para um terminal é emitida uma nota fiscal de depósito. Ao ser remetido para fora da Zona Franca, a indústria deve emitir uma segunda nota fiscal de transferência. Nesse momento, o armazém deve emitir uma nota fiscal de "retorno simbólico" da mercadoria. "Como o armazém não emitiu essa nota, ao não encontrar as mercadorias no terminal, o fiscal federal presumiu a saída ilegal dos produtos", diz.

No processo, a advogada demonstrou que a operação estava amparada por documentos que comprovam a saída. "Além das notas fiscais, os documentos que provam o transporte das mercadorias foram apresentados", afirma. Segundo ela, o Fisco não conseguiu provar o que presumiu.

Além dos problemas criados pelas apreensões, esse tipo de situação pode ocasionar problemas internos às empresas. Segundo Yun Ki Lee, advogado do Dantas, Lee, Brock & Camargo Advogados, a auditoria interna da companhia pode buscar responsáveis pela pena fiscal. Para ele, o problema do caso de Manaus é que o fiscal apoiou-se apenas em indícios. "Se a mercadoria não estava mais lá, a fiscalização deveria fazer o encontro de contas com notas fiscais e de transporte da empresa", diz. Após o fim do processo, as mercadorias sujeitas ao perdimento podem ser leiloadas, doadas para instituições sem fins lucrativos, incorporadas por órgãos públicos ou destruídas, se importadas ilegalmente.

Indústria paranaense dá sinal de desaceleração em setembro

22/11/2011- Agência CNI

Depois de forte crescimento em agosto, as vendas industriais paranaenses tiveram queda de 3,34% em setembro. No acumulado do ano, a indústria ainda registra crescimento de 6,97% em relação a 2010, devendo fechar 2011 como o melhor desempenho de sua história. Os números, porém, revelam que o ritmo de expansão do setor industrial vem apresentando sinais de desaceleração a cada trimestre. As informações fazem parte do relatório mensal do Departamento Econômico da [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#).

A retração em setembro foi motivada pelo resultado negativo de oito dos 18 gêneros pesquisados. A queda atingiu, inclusive, os três itens de maior participação relativa nas vendas industriais do estado: refino de petróleo e produção de álcool (-7,56%), alimentos e bebidas (-4,38%) e veículos automotores (-2,42%). Além disso, foram registradas fortes diminuições nas vendas dos setores de vestuário (-15,62%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-14,40%) e edição e impressão (-12,72%).

O coordenador do Departamento Econômico da FIEP, Maurílio Schmitt, afirma que o resultado de setembro contrariou uma tendência histórica da indústria paranaense, já que tradicionalmente o período entre agosto e novembro é o de maior atividade do setor. A queda de pouco mais de 3% nas vendas, no entanto, já havia sido prevista pelo economista nos levantamentos referentes ao mês anterior. "Agosto se mostrou

um mês anormal devido à concentração de vendas, ocorrida em razão de alguns sinais externos em relação às indústrias”, afirmou Schmitt, referindo-se ao crescimento de 7,5% de agosto, ocasionado pelo desempenho positivo de 15 dos 18 gêneros pesquisados.

Ainda de acordo com o economista, a análise de outros fatores – como as retrações de 1,98% nas compras de insumos e de 0,32% no nível de emprego na indústria – indica que o mês de outubro deve ser muito parecido com setembro. Mesmo assim, a expectativa é que a indústria paranaense termine 2011 com resultado superior ao de 2010, até agora o melhor ano da série histórica pesquisada pela FIEP, iniciada em 1986. De janeiro a setembro, o crescimento nas vendas industriais foi de 6,97% em relação a igual período do ano passado.

Apesar disso, Schmitt alerta para sinais de desaceleração no ritmo de crescimento da indústria paranaense. Enquanto o primeiro trimestre deste ano registrou aumento de 10,81% nas vendas quando comparado ao mesmo período de 2010, o crescimento foi de 6,29% no segundo trimestre e de 4,46% no terceiro. “Esses resultados atestam claramente a desaceleração da expansão da indústria paranaense”, conclui o economista.

Noma investirá R\$ 75 milhões em nova fábrica

22/11/2011- Newsletter Automotive Business

A fabricante de implementos rodoviários Noma confirmou a construção de uma fábrica no Estado de São Paulo, conforme adiantado por **Automotive Business**. A planta receberá investimento de R\$ 75 milhões para dobrar a atual capacidade produtiva para até 1.300 implementos por mês.

A empresa aponta ter escolhido a região por conta das boas condições logísticas para fornecer aos setores agrícola, sucroalcooleiro e petrolífero. A unidade, no entanto, ainda não tem cidade definida para ser instalada. Até o fim do ano a companhia deve anunciar a decisão, que está entre Campinas, Sorocaba e Piracicaba.

O novo parque industrial é parte da estratégia da Noma para ganhar uma posição e ser a terceira maior fabricante do segmento do País. Atualmente a empresa está em quarto lugar, com 9% do mercado. A planta começará a produzir em 2013. Até lá a companhia acelera também a ampliação da rede de distribuidoras, que deve saltar de 47 para 60 lojas.

Os planos ambiciosos para os próximos anos são motivados pelo ritmo acelerado de expansão nos negócios. A fabricante de implementos rodoviário projeta encerrar 2011 com alta de 35% nas vendas sobre o resultado de 2010. Para o médio prazo a companhia espera avanços próximos de 13% ao ano.

Ritmo de crescimento do mercado chinês deve diminuir

22/11/2011- Newsletter Automotive Business

Analistas e executivos da indústria apontam que o ritmo de expansão do mercado chinês vai diminuir em 2012, quando as vendas de veículos devem crescer de 3% a 10%. A expectativa para este ano é de evolução de 5% a 6%, avanço bem inferior ao registrado em 2010, quando os emplacamentos aceleraram 33% na região, para 18 milhões de unidades.

O novo patamar de vendas foi impulsionado pela retirada de incentivos fiscais do governo para a aquisição de carros compactos e pelo aperto do crédito no país. Além disso, as incertezas acerca da economia global também refletem nas projeções para a região. No acumulado de janeiro a agosto, o licenciamento de veículos avançou 3,3%, para 11,9 milhões de unidades.

Fiat e Chrysler venderão 6 milhões de veículos em 2014

22/11/2011- Newsletter Automotive Business

Sergio Marchionne, CEO da Fiat e da Chrysler, aponta que as companhias comercializarão 6 milhões de veículos em 2014. Para este ano, o executivo projeta o emplacamento de 4,2 milhões de unidades das duas empresas. A declaração foi feita na segunda-feira, 21, durante conferência em Londres.

O presidente das montadoras afirmou ainda que marcas menores desaparecerão do mercado nos próximos anos. "Acabaremos com cinco ou seis players, cujo sucesso se baseará no compartilhamento de plataformas em escala global", acredita.

Ford renovará motores e transmissões na China

22/11/2011- Newsletter Automotive Business

A Ford anunciou renovação completa dos motores e transmissões que equipam os carros da marca comercializados no mercado chinês. Os 20 conjuntos de força que a empresa pretende lançar equiparão os novos modelos que a montadora apresentará ao mercado da região até 2015.

Com as novidades, a fabricante quer reduzir em 20% o consumo de combustível e a emissão de dióxido de carbono da sua linha de veículos. Turboalimentação, injeção direta de combustível, comando de válvulas variável e câmbio automático de seis velocidades são algumas das tecnologias que aparecerão nos novos carros da companhia no país.

Outro destaque é a chegada do motor EcoBoost 1.0, o menor da família. O propulsor estará em modelos compactos e médios da marca. Em 2013 o propulsor deve equipar 80% dos carros da Ford vendidos no mundo.